

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – SUBSEQUENTE

I – REQUERIMENTO

II – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

III – PARECER E RESOLUÇÃO DO CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

IV – JUSTIFICATIVA

A reestruturação Curricular do Curso Técnico em Portos visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo.

Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica. As ciências humanas e sociais permitirão que o técnico em formação se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

O Curso Técnico em Portos vem de encontro à necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, preparando os estudantes para o mercado de trabalho, constitui-se numa atividade com crescente exigência de qualificação.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Portos, enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

A implantação do Curso Técnico em Portos atenderá a uma demanda qualificada na área, proporcionando melhores condições de formação para as necessidades e especificidades local e regional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, proporcionando novos parâmetros na relação empresa-trabalhador, reforçando as condições para a modernização portuária.

O desenvolvimento de atividades portuárias, pautadas nos avanços da modernização dos portos e terminais, por ser fundamental ao desenvolvimento socioeconômico, por se constituir como um elemento de projeção no cenário brasileiro e pela valorização da formação escolar profissionalizante como condição para o trabalho.

V - OBJETIVOS

- a) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.
- b) Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.
- c) Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.
- d) Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.
- e) Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho na área de administração e operação portuária.
- f) Realizar o agenciamento de transporte; planejar e controlar a manutenção dos equipamentos; encaminhar os procedimentos de importação e exportação com base na segurança e na preservação ambiental.
- g) Dar subsídios necessários para que os estudantes possam compreender os pressupostos técnicos e legais relacionadas às atividades portuárias.

VI - DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Portos

Eixo tecnológico: Infraestrutura

Forma: Subsequente

Carga Horária Total do Curso: 1024 horas mais 64 horas de Estágio Supervisionado

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período (manhã, tarde, noite).

Regime de Matrícula: Noturno

Número de Vagas: 40 vagas por turma

Período de Integralização do Curso: Mínimo de 01 (ano) e 06 (seis) meses letivos e máximo 03 (três) anos

Requisitos de Acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de Oferta: Presencial

VII - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Técnico em Portos domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual para acompanhar as mudanças, de forma a intervir no mundo do trabalho, orientado por valores éticos que dão suporte a convivência democrática. Desenvolve atividades nas operações portuárias. Controla, programa e coordena operações de transportes em geral. Supervisiona operações de embarque, transbordo e desembarque de cargas e o agenciamento de embarcações. Encaminha procedimentos de importação e exportação. Verifica as condições de segurança dos meios de transportes, equipamentos utilizados e das cargas. Opera e gerencia a manutenção dos equipamentos eletromecânicos de operação portuária. Supervisiona o armazenamento, o transporte de carga e a eficiência operacional de equipamentos e veículos. Controla recursos financeiros e insumos. Elabora documentação necessária ao desembargo de cargas. Atende clientes. Pesquisa preços de serviços de transporte. Identifica e programa rotas. Informa sobre condições do transporte e da carga.

VIII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO

a. Descrição de cada disciplina contendo ementa

1. ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

Carga horária: 96 horas.

Ementa: Análise dos conceitos essenciais da Administração. Estudo das habilidades e competências necessárias ao gestor nas organizações. Compreensão da importância dos órgãos que influenciam na tomada de decisão e nas atividades correlatas a infraestrutura e superestrutura dos Portos Brasileiros.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Fundamentos da Administração e Gestão Financeira.	1.1 Habilidades e Competências do Administrador 1.2 Papeis do Administrador 1.3 Contabilidade 1.4 Administração financeira
2. Gestão Estratégica e organização	2.1 Análise SWOT 2.2 Market share 2.3 Integração do território envolvente. 2.4 Noções de departamentalização
3. Sistema Portuário Nacional	3.1 Características dos Portos Nacionais. 3.2 Modelos de Gestão Portuário 3.2.1 Características dos modelos de Gestão Portuária 3.3 Novo Cenário Portuário Brasileiro 3.3.1 Modernização dos Portos
4. Trabalho Portuário	4.1 História do Trabalho Portuário 4.2 Definições do Trabalho Portuário. 4.3 Trabalhador Portuário avulso 4.4 Registrado e Trabalhador 4.5 Portuário Avulso Cadastrado.

<p>5. Órgãos reguladores da Operação Portuária</p>	<p>5.1 OGMO - Órgão Gestor de mão-de-obra. 5.2 Operador Portuário. 5.3 CAP – Conselho de Autoridade Portuária. 5.4 Órgãos gestores na atividade portuária 5.4.1 Órgãos anuentes 5.4.2 Órgãos intervenientes</p>
<p>6. Governo Federal e Indicadores portuários</p>	<p>6.1 Criação das agências reguladoras inerentes a Atividade portuária. 6.2 Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antag 6.3 Atribuições do Governo Federal 6.4 Indicadores para desempenho no planejamento portuário e na regulação dos serviços.</p>

BIBLIOGRAFIA

CAULLIRAUX, H; CLEMENTE, R; PAIM, R. **Gestão de Processos: Pensar, Agir e Aprender.** São Paulo: Bookman, 2009.

COELHO, Marcio. **A essência da administração** – conceitos introdutórios. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COIMBRA, D.B. **O Conhecimento de Carga no Transporte Marítimo.** São Paulo: Aduaneiras, 2004.

COLLYER, M.A. **Dicionário de Comércio Marítimo.** 3ªed. Rio de Janeiro: Lutécia, 2002.

CORTIÑAS, J.M.L. **Os Custos Logísticos do Comércio Exterior Brasileiro.** 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

DRUCKER, Peter F. **As fronteiras da administração.** Nova York, Dutton, 1986.

FARIAS, Gonçalo P. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo. Ed. Atlas, 1979.

HAMPTON, David R. **Administração Contemporânea.** 3ª ed. Revisada. São Paulo: Ed. McGraw – Hill, 1998.



Secretaria de Estado da Educação
Superintendência da Educação
Departamento de Educação e Trabalho



JUNQUEIRA, L.A.P. **Desafios da Modernização Portuária**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

LACOMBE, Francisco J. M.; HEILBORN, Gilberto L. J. **Administração: Princípios e Tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual do trabalho portuário e ementário**. – Brasília: TEM, SIT, 2001.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea – A ciência e a arte de ser dirigente**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Modernização dos portos**. 5ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade: teoria e pratica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

PECI, Alketa; SBRAL, Felipe. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson, 2008.

SNELL, Bateman. **Administração: Novo Cenário Competitivo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SPITZER, Dean R. **Supermotivação: Uma estratégia para dinamizar todos os níveis da organização**. 1ª ed. São Paulo: Editora Futura, 1997.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TORRES, Cleber; LÉLIS, João Caldeira. **Garantia de Sucesso em Gestão de Projetos**. São Paulo: Brasport, 2009.

VALENTE, Amir Mattar; et al. **Gerenciamento de transporte e frotas**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

_____. et al. **Qualidade e produtividade nos transportes**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 11ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

2. COMUNICAÇÃO INSTRUMENTAL

Carga horária: 48 horas.

Ementa: Interpretação e Redação de Documentos Oficiais aplicados à área Portuária, por meio de indicadores linguísticos e extralinguísticos, de acordo com normas e convenções específicas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Técnicas de interpretação e redação de textos técnicos.	1.1 Normativas da redação 1.1.1 Princípios orientadores 1.1.2 Clareza e Concisão 1.1.3 Impessoalidade
2. Produção oral e escrita na área portuária	2.1 Indicadores Linguísticos 2.2 Indicadores extralinguísticos
3. Modelos de Redação Técnica e Comercial	3.1 Modelos de documentação técnica: 3.1.1 Ofício; Memorando; 3.1.2 Comunicado; Carta; 3.1.3 Aviso; Declaração; 3.1.4 Recibos; Carta-currículo; Currículo; 3.1.5 Relatório técnico; Contrato; 3.1.6 Requerimento; Ata; 3.1.7 Memorial descritivo; 3.1.8 Memorial de critérios; 3.1.9 Ordem de serviço; Edital.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ASPARY, Adalberto. **O português das comunicações administrativas.** Porto Alegre: Fundação para o desenvolvimento de Recursos Humanos, 1988.

BARBOSA, Severino Antônio M. **Redação: 5ª ed.** Campinas: Papiros, 1989.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística textual: uma introdução.** São Paulo: Cortez, 1988.

GERALDI, João W. **Concepções de linguagem e ensino de Português.** In: João W. (org.). **O texto na sala de aula.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** São Paulo: Positivo, 2009.

GOLD, Mirian. **Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização.** 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.** 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz C. **A coerência textual.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio org.. **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso.** 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

MARTINS; ZILBERKNOP. **Português Instrumental**: De Acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. TOMASI, Carolina. **Comunicação empresarial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NADOLKIS, Hêndricas. **Comunicação redacional atualização**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PINTO, Elisa Guimarães. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 2002.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 1992.

SOARES, Magda; CAMPOS, Edson Nascimento. **Técnica de redação**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1978.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ZILBERKNOP, Lúbia Scliar; MARTINS, Dileta Silveira. **Português instrumental**. São Paulo: Atlas, 2004.

3. ESPANHOL TÉCNICO

Carga horária: 96 horas

Ementa: Compreensão das diferentes práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística aplicada da língua espanhola. Estudo do discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Aspectos contextuais	1.1 Gêneros discursivos diversificados nas esferas sociais de circulação portuária, por meio das práticas de oralidade, leitura e escrita. 1.2 Fonética e fonologia de espanhol: Conhecimentos gerais 1.3 Cultura hispânica aplicada ao curso: Princípios da língua em transações

	<p>comerciais na importação e exportação</p> <p>1.4 Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal.</p> <p>1.5 Linguagem oral em situações de Comunicação: adequação</p>
2. Discurso como prática social.	<p>2.1 Idioma instrumental: Vocabulário técnico relacionado ao curso, pronúncia, tradução, elaboração de textos e preenchimento de documentação</p> <p>2.2 Expressões hispânicas utilizadas sem tradução na área do curso de Técnico em Portos</p> <p>2.3 Acrônimos</p> <p>2.4 Skimming e Scanning</p> <p>2.5 Uso de pronomes e verbos como definição.</p> <p>2.6 Uso de imperativo, numerais e palavras de sequência em instruções de Instalação/desinstalação.</p> <p>2.7 Descrição das funções relacionados à área portuária.</p>

BIBLIOGRAFIA

BELTRÁN, Blanca Aguirre; KLAUS, Rother. **Comércio exterior**. Madrid: SGEL, 1999.

BERLITZ, Charles. **Espanhol passo a passo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CASSANY, Daniel. **Describir el escribir**. Barcelona: Paidós Comunicación, 2002.

Editora Pons. **Passaporte Guia de Conversação – Espanhol**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

FANJUL, Adrian. **Gramática Y práctica de español – para brasileños**. 4ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

GIL FERNÁNDEZ, J.. **Panorama de la fonología española actual**. Madrid: Arco/Libros, 2000.

GONZÁLEZ, A H. **Gramática de espanhol lengua extranjera**. Madrid: Ed. Edelsa, 1994.

KINDERSLEY, Dorling. **Espanhol: guia de conversação para viagens.** 7ª ed. São Paulo: Editora Publifolha, 2015.

LAUTERBORN, Wanda. **Comunicaciones por telefono.** Madrid: Ed. Arco Libros, 2009.

MARTIN. Ivan. **Síntesis: curso de lengua española.** São Paulo: Ática, 2011.

MARTÍNEZ CELDRÁN, E. **El sonido en la comunicación humana.** Octaedro, 1996.

MASIP, Vicente. **Fonética do Espanhol para brasileiros.** Recife: Difusión, 1998.

MASIP, Vicente. **Gente pronuncia bien.** Curso de pronunciación española para brasileños. Barcelona: Difusión, 1998.

MATEO, F. y Rojo Sastre, A. **El arte de conjugar en español.** Paris: Ed. Hatier, 1984.

MEURER, J. L. **O conhecimento de Gêneros Textuais e a formação do profissional da linguagem.** In: Aspectos da Lingüística Aplicada, Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da Educação básica.** Curitiba, 2008.

PRADA, Marisa de. **Comunicación eficaz para los negocios.** Madrid: Ed. Edelsa. 2010

PRADA, Marisa de. PILAR, Marce. **Entorno laboral.** Madrid: Ed. Edelsa. 2013.

SHOSHANA, Blum-Kulka. **Pragmática del discurso, en:** Teun Van Dijk (ed.) el discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II, Barcelona: Gedisa, 2000.

VALVERDE, Jenny. Etc, tal. **Español para jóvenes brasileños.** São Paulo: Macmillan, 2013.

4. FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária: 32 horas.

EMENTA: Estudo do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica. Compreensão do trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. Reflexão sobre tecnologia e globalização diante das transformações no mundo do trabalho. Análise sobre a inclusão do trabalhador no mundo do trabalho.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Trabalho humano.	1.1 Ser social, mundo do trabalho e sociedade. 1.2 Trabalho nas diferentes sociedades. 1.3 Transformações no mundo do trabalho. 1.4 Homem, trabalho e meio ambiente. 1.5 Processo de alienação do trabalho em Marx. 1.6 Emprego, desemprego e subemprego.
2. Tecnologia e Globalização	2.1 Processo de globalização e seu impacto no mundo do trabalho portuário 2.2 Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho 2.3 Qualificação do trabalho e do trabalhador.
3. Mundo do trabalho	3.2 Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho. 3.3 Inclusão dos diferentes – necessidades especiais e diversidades.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração:** teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2005.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 6ª ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Alba, [s/d]

FERNANDES, Florestam. **Fundamentos da explicação sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Companhia Ed. Nacional, 1972.

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs) **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GENRO, T. **O futuro por armar**: Democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, Pablo. **A educação para o desemprego**. A desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. trad. Carlos Nelson Coutinho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX - 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1995.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A exclusão incluyente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**: o assalto à democracia e ao bem-estar. 6ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

MARX, Karl. **O capital. vol. I**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria Geral da Administração**: Da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, L.M. W. **Brasil 2000: nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte**. 3ª ed. Série: Fundamentos. N.38. São Paulo: Ática, 1991.

SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

5. GEOGRAFIA PORTUÁRIA

Carga horária: 48 horas.

Ementa: Compreensão da Importância dos Portos na formação territorial. Estudo da sustentação e dinâmica social, espacial, econômica e política por meio da produção, reprodução e transformação do espaço geográfico portuário.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Introdução	1.1 Relações de produção sócio histórica do espaço geográfico. 1.2 Conceituação histórica: 1.2.1 Relações de poder que determinam Fronteiras. 1.2.2 Construção e destruição do espaço geográfico. 1.3 Migrações, novas territorialidades. 1.4 Relações político-econômicas.
2. Espaço geográfico portuário.	2.1 Dimensões naturais e socioambientais do espaço geográfico portuário. 2.1.1 Noções de Oceanografia. 2.1.2 Noções de Meteorologia. 2.1.3 Correntes Marinhas
3. Economia e política do espaço geográfico portuário	3.1 Dimensões econômicas e política do espaço geográfico portuário 3.2 Globalização. 3.3 Geopolítica dos Portos. 3.4 O Porto de Paranaguá 3.5 Dragagem, sua importância para o porto e sua manutenção.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO FILHO, J.R.: **Santos, o porto do café**. Rio de Janeiro: Série Biblioteca geográfica brasileira, Fundação IBGE, 1969.

ASSAD, Luiz Paulo de Freitas. **Noções básicas de hidrodinâmica computacional e de dispersão de poluentes**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2009.

BAUDOUIIN, Thierry. **A cidade portuária na mundialização**. In: COCCO, G.; SILVA, G. (Orgs.). Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.930**, de 25 de fevereiro de 1993.

———. Ministério dos Transportes. Geipot (Empresa de Planejamento de Transportes). **A reforma portuária brasileira**. Brasília, set. 2001.

CASTELLS, M.: **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUCRUET, C. **Port cities, laboratories of globalization**. Tese de Doutorado em Geografia. Geography. Universite du Havre, 2004.

FANTINEL, L. M. **Práticas de campo em fundamentos de geologia introdutória: papel das atividades de campo no ensino de fundamentos de geologia no curso de geografia**. 2000. 144 f. (Dissertação de mestrado em Educação Aplic. Geociências) Inst. Geociências - UNICAMP, Campinas, 2000.

FARIA, S. **Transporte Aquaviário e a Modernização dos Portos**. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

HIRATUKA, C.; et al. **Avaliação da competição comercial chinesa em terceiros mercados**. In: BITTENCOURT, G. (Org.) El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones. Serie Red Mercosur, n.20, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

LOBO, Paulo Roberto Vargas. **Meteorologia e oceanografia usuário navegante/ Paulo Roberto Lobo, Carlos Alberto Soares**. – Rio de Janeiro. DHN, 2007.

LOURENÇO, G. M. **A Petrobrás e a industrialização do Paraná**. Análise Conjuntural, Curitiba, v. 25, n. 5-6, 2003.

MONBEIG, P. **Metodologia do ensino geográfico**. Revista Geografia, AGB, São Paulo, v. 1, 1936.

MONIÉ, F; e VIDAL, S. M. Do S. C. **Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva**. Rev. Adm. Pública vol.40 nº6 Rio de Janeiro Nov. /Dez. 2006.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. **Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas**. Revista Paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n. 88, mai./ago., 1996.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Comércio internacional: China, EUA e portos**. Edições Aduaneiras.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Geraldo; Cocco, Giuseppe. **Cidades e portos: os espaços da globalização.** São Paulo: Editora DP&A. 1999.

6. GESTÃO AMBIENTAL

Carga horária: 64 horas.

Ementa: Preservação e conservação da Gestão ambiental portuária, através de análise e interpretação de informações para operacionalização do desenvolvimento sustentável; a conservação da biodiversidade e a qualidade ambiental nos ecossistemas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Gestão e Sustentabilidade Ambiental	1.1 Fundamentos e premissas da Educação Ambiental. 1.2 Conferências ambientais: relevância e contextualização histórica. 1.3 Políticas voltadas à questão ambiental. 1.4 Fundamentos e premissas da Gestão Ambiental. 1.5 Princípios do Sistema de Gestão Ambiental – SGA 1.6 Mecanismos de desenvolvimento sustentável.
2. Porto e Meio Ambiente.	2.1 Impactos ambientais portuários. 2.2 Complexo porto-cidade: relações ambientais. 2.3 Portos e unidades de conservação. 2.4 SGA Portuário.

<p>3. Licenciamento e legislação ambiental</p>	<p>3.1 Procedimentos para obtenção e tipos de licenciamento. 3.2 Licenças ambientais para obras portuárias. 3.3 ISO 14001. 3.4 Legislação do poder federal, decretos do poder executivo, meio ambiente e CONAMA.</p>
<p>4. Ações em Gestão Ambiental</p>	<p>4.1 Programas de gestão ambiental. 4.2 Programa de auditoria ambiental. 4.3 Programa de comunicação. 4.4 Programa de Educação Ambiental. 4.5 Programa de controle e proliferação de vetores. 4.6 Programa de recuperação de passivos ambientais. 4.7 Gerenciamento de resíduos sólidos. 4.8 Gerenciamento de efluentes. 4.9 Gerenciamento de emissões atmosféricas. 4.10 Gerenciamento de emissões de ruídos. 4.11 Gerenciamento da água de lastro. 4.12 Monitoramento da qualidade das águas. 4.13 Monitoramento dos sedimentos. 4.14 Biota aquática e bioindicadores. 4.15 Monitoramento da qualidade das águas.</p>

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J. L. **Gestão ambiental e responsabilidade social:** conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, J. R. **Gestão ambiental:** para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; MELLO, Claudia dos S.; CAVALCANTI, Yara. **Gestão ambiental:** planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thex, 2001.



ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A.B. **Gestão Ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Makrom Books. 2002.

ARZUA, Luciana S. **Licenciamento ambiental**. Curitiba: FEAPAR – Federação das Associações de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná, 2003.

BOLDRINI, Eliane Beê. **A APA de Guaraqueçaba: Desenvolvimento Sustentável/Produção Capitalista**. Maringá. 1995.

BRAGA, B. et. al. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DERÍSIO, J. C. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 2ª ed., São Paulo: Signus, 2000.

El protocolo de Kyoto de la convención sobre el cambio climático. Alemanha. Climate Change Secretariat, 2000.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas. 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 2001.

GILBERT, M. J. **Sistema de gerenciamento ambiental**. São Paulo: IMAM, 1995.

HARRINGTON, James H. **A implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia**. São Paulo: Atlas, 2001.

HEMENWAY, Caroline. J. **ISO 14000: o que é?** São Paulo: IMAM, 1995.

HOGAN. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MOREIRA, M. S. Pequeno manual de treinamento em sistema de gestão ambiental. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2005.

PARANÁ, Secretaria do Estado de Educação. **“Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba, SEED, 2006.

PINTO-COELHO, Ricardo M. **Fundamentos em ecologia**. Rio de Janeiro: Artmed, 2000.

PORTO, M. M.; TEIXEIRA, S.G. **Portos e Meio Ambiente**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI Jr. A. **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Agenda 21**. Curitiba, 2002.

7. HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Carga horária: 80 horas.

Ementa: Análise dos conceitos, normas, aspectos relacionados à saúde e segurança no trabalho e regulamentação do uso dos equipamentos de proteção. Medidas e programas de prevenção e proteção de acidentes pessoais e coletivos no ambiente de trabalho.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Higiene e Segurança do Trabalho.	1.1 Conceito e evolução histórica. 1.2 Concepções sociais e econômicas da higiene e segurança do trabalho. 1.3 A história do acidente de trabalho no Brasil e no mundo. 1.4 Imagens de acidentes de trabalho ligados aos portos.

<p>2. Riscos Ambientais no trabalho e Prevenção e Combate a Incêndios</p>	<p>2.1 Tipos de riscos ambientais no trabalho. 2.2 Mapas de risco no local de trabalho. 2.3 Inspeção de segurança 2.4 Atos inseguros. 2.5 Riscos ambientais e doenças ocupacionais em saúde. 2.5.1 Condições inseguras. 2.6 Programas de proteção de riscos do ambiente. 2.6.1 Equipamentos de proteção. 2.6.2 Materiais necessários para emergência. 2.7 Transmissão do calor 2.8 Classes de fogo 2.9 Extintores e as classes de incêndio</p>
<p>3. Saúde do Trabalhador.</p>	<p>3.1 Qualidade de vida no trabalho. 3.2 Primeiros socorros gerais. 3.4 Ressuscitação cardiorrespiratória 3.5 HIV no ambiente de trabalho 3.6 Dependência química no ambiente de trabalho. 3.7 Doenças profissionais e acidentes de trabalho. 3.8 Ergonomia.</p>
<p>4. Normas Reguladoras e Programas.</p>	<p>4.1 NR 5 – CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho. 4.1 Tecnologia de combates a sinistros. 4.2 NR 6 - CPATP- Comissão de prevenção de Acidentes do Trabalho Portuário. 4.3 NR 6 - equipamentos de proteção individual e coletiva. 4.4 NR 7 - Programa de controle médico e Saúde ocupacional. 4.5 Plano de acuidade auditiva. 4.6 Plano de conservação respiratória. 4.7 NR 29 - Norma Reguladora do trabalho portuário. 4.8 Trabalho em turno e suas conseqüências ao trabalhador. 4.9 Os riscos dos principais locais portuários. Armazéns, cais e pátio. 4.10 NR 30 - segurança e saúde no trabalho aquaviário.</p>

BIBLIOGRAFIA

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISSO 18801: Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho** – requisitos. Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA Francisco, Antônio Nunes. **Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBOSA, Rildo Pereira & BARSANO, Paulo Roberto. **Higiene e Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.

BAROLI, Gildo. Manula de prevenção de incêndios. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1981.

BENITE, Anderson Glauco. **Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de assistência à saúde. Programa nacional de DST/AIDS. **Hepatite, AIDS e herpes na prática odontológica**. Brasília. 1994.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **Portaria 3214 - Normas Regulamentadoras**. DOU, 08 de junho de 1978 e modificações posteriores.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário – NR – 29**. DOU, 17 de dezembro de 1997 e modificações posteriores.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Manual do Trabalho Portuário e Ementário**. Brasília: MTE, SIT – Edição 2001.

CAMILLO JR., Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 14.ed. São Paulo: SENAC, 2012.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística**. Segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999.

Editores Revisados. **Segurança e medicina do trabalho: normas regulamentadoras- Nrs 1 a 33**. São Paulo/SP: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GONÇALVES, D. C. et al. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. 6ª edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

GRANDJEAN, Etienne. **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. 5.ed. São Paulo: Bookman, 2009.

HOEPPNER, M. G. **Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo: Ícone, 2015.

IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO. **Segurança e medicina do trabalho**. 45ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.

MATTOS, Ubirajara A. de Oliveira; MACEDO, Francisco Soares. **Higiene e Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011.

MELO, Márcio dos S. **Livro da Cipa**: Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Fundacentro, 1993.

MICHEL, Oswaldo. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: LTr Editora, 2004.

_____. **Guia de Primeiros Socorros**: para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho. São Paulo: LTr, 2002.

MONTEIRO, A.L.; BERTAGNI, R.F.S. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Diva Barbosa. **Noções Básicas de Direito para técnicos em segurança do trabalho**. 2ª ed. São Caetano do Sul/SP: Difusão, 2013.

PACHECO JR, Waldemar. **Qualidade na Segurança e Higiene no Trabalho**: Série SHT 9000, Normas para a Gestão e Garantia da Segurança e Higiene no Trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

REIS, R. S. **Segurança e Medicina no Trabalho - Normas Reguladoras**. 3ª Ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

Segurança e Medicina do Trabalho - Lei nº 6514/1977 – 59ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Segurança e Medicina do Trabalho – Manuais de Legislação - 75ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

SOUNIS, Emílio. **Manual de Higiene e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Ícone. 1991.

TORREIRA, Raul Peragallo. **Manual de Segurança Industrial**. São Paulo: Ed. Margus, 1999.

TRINDADE, W. L. **Riscos do Trabalho** – Normas, Comentários, Jurisprudência. São Paulo: LTR, 1998.

VIEIRA, Sebastião Ivone et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2º Vol. Florianópolis: Editora Mestra, 2000.

ZOCCHIO, Álvaro. **Como Entender e Cumprir as Obrigações Pertinentes a Segurança e Saúde no Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Editora LTr., 2008.

8. INFORMÁTICA

Carga horária: 64 horas.

Ementa: Estudo do histórico e da evolução da Informática. Compreensão da arquitetura dos computadores. Noções básicas de sistemas de informação com fundamentação de conteúdo, análises estratégicas. Utilização de aplicativos de escritório e da internet. Aplicação das ferramentas de sistemas operacionais. Conhecimento dos mecanismos de segurança para a internet.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Informática e Arquitetura dos Computadores	1.1 Breve histórico da criação e evolução dos computadores e tecnologias de informação. 1.2 Hardware 1.2.1 Periféricos de entrada e saída 1.2.4 Gabinete

2. Sistemas computadorizados e operacionais	<p>2.1 Softwares livres e proprietários. 2.2 Sistemas operacionais. 2.3 Conceitos básicos do sistema operacional Windows e do sistema Linux. 2.4 Software de proteção do computador. 2.5 Ferramentas de backup e restauração de backup 2.6 Ferramentas de limpeza de disco.</p>
3. Arquivos e banco de dados	<p>3.1 Conceitos básicos de arquivos. 3.2 Gerenciamento de arquivos e pastas 3.3 Arquivos e tipos de arquivos 3.4 Pastas: criação e organização 3.5 Conceitos básicos de banco de dados. 3.6 Criação de um banco de dados. 3.7 Instruções SQL</p>
4. Tecnologia da informação aplicada	<p>4.1 Planilha eletrônica: formatação, fórmulas, funções e gráficos. 4.2 Tabelas e Organogramas. 4.3 Manipulação de editor de texto 4.3.1 Principais funções do processador de texto. 4.3 Edição de imagem, de áudios e vídeos. 4.4 Apresentação de slides.</p>
5. Internet	<p>5.1 Serviços de internet 5.2 Utilização de e-mail 5.3 Comércio eletrônico 5.4 Pesquisas na Internet 5.5 Internet, intranet e extranet 5.6 Requisitos para acesso 5.7 Redes Sociais e Proteção de dados 5.8 Webconferência 5.9 Cybercrimes e Segurança na internet</p>

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, C. **Guia Internet de Conectividade**. 5ª ed. São Paulo: Senac, 2002;

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.



CATAPULT, Inc. **Microsoft Excel 2000 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 2000.

_____. **Microsoft Windows 98 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 1999.

CÔRTEZ, P., L. **Sistemas Operacionais – Fundamentos**. 2ª ed. São Paulo. Editora Érica. 2000;

DABBAH, Steven. **A solução para sua empresa: exportação**. 8ª ed. São Paulo: Érica, 2001.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

DANESH, A. **Dominando o Linux**. São Paulo: Makron Books, 2000.

FÁVERO, E. de B. **Organização e arquitetura de computadores**. Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

MANZANO, A.L.G. **Estudo Dirigido de Windows XP**. 5ª ed. São Paulo: Editora Érica. 2004.

MINK, C. **Microsoft office 2000**. São Paulo: Makron Books, 1999.

Microsoft Office System 2007-passo a passo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

MSOFFICE 2003 – **Fundamentos**. São Paulo: Makron Books. 2004.

NORTON, P. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.

PHONLOR, Patrícia; MAÇADA, Antônio Carlos G. **O uso estratégico de um sistema de informação web em um terminal de containers**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, Salvador. Anais..., Salvador: ENANPAD, 2002.

SANTOS, A. de A. **Informática na empresa**. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHECHTER, R. **BROFFICE.ORG 2.0 - CALC E WRITER**. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2006.

SILVA, Mário Gomes da. **Informática: terminologia Básica:** microsoft windows XP: microsoft word 2007: microsoft excel 2007: microsoft access 2007: microsoft power point 2007, 2008.

TANENBAUM A. **Sistemas operacionais modernos.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

VELLOSO, Fernando Castro. **Informática: Conceitos Básicos.** 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.

WHITE, R. **Como funciona o computador.** 8ª ed. São Paulo: QUARK, 1998.

9. INGLÊS TÉCNICO

Carga horária: 64 horas

Ementa: Estudos das diferentes práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística aplicada ao curso de portos. Domínio prático do Inglês Instrumental com uso das habilidades linguístico-comunicativas nas operações do mar, terrestres e tipologia das cargas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Discurso como prática social	1.1 Gêneros discursivos diversificados nas esferas sociais de circulação relacionados à logística, por meio das práticas de oralidade, leitura e escrita 1.2 Fonética e fonologia de Inglês: conhecimentos gerais 1.3 Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal 1.4 Linguagem oral em situações de comunicação: adequação 1.5 Idioma instrumental: Vocabulário técnico relacionado ao curso, pronúncia, tradução, elaboração de textos e preenchimento de documentação. 1.6 Compreensão das estruturas frasais e uso do dicionário.

2. Relações entre os diferentes documentos	2.1 Documentação marítima/portuária 2.2 Entidades relacionadas 2.3 Cultura inglesa aplicada ao curso: princípios da língua em transações comerciais na importação e exportação
3. Estrutura verbal e gramatical de gerenciamento dos navios.	3.1 Uso de pronomes e verbos como definição 3.2 Tipos de Navios 3.3 Tipos de Cargas 3.4 Procedimentos Padrões 3.5 Autoridades Portuárias
4. Transações comerciais	4.1 Trâmites legais das Agências de Navegação 4.2 Afretamento 4.3 Documentos para importação e Exportação

BIBLIOGRAFIA

ALLIANDRO, H. **Dicionário Escolar Inglês Português**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1995.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun: Inglês para o Ensino Médio 1**. 2ª ed. São Paulo: Rischmond: 2005.

ANTAS, Luiz Mendes. **Dicionário de Termos Técnicos Português – Inglês**. 6ªed. São Paulo: Traço Editora, 2004.

BOECKNER, Keith; BROWN, P. Charles. **Oxford: English for computing**. Oxford University Press, c1993

BERTIN, Jean-Claude. **O inglês no transporte e na logística**. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

COTTON, D.; FALVEY, D.; KENT, S. – **Pre-Intermediate Business English**. Essex: Pearson Education Limited, 2002.

CRUZ, Décio Torres; ROSAS, Marta; SILVA, Alba Valéria. **Inglês com textos para informática**. São Paulo: Disal, 2003.



Secretaria de Estado da Educação
Superintendência da Educação
Departamento de Educação e Trabalho



GALLO, Lígia Razera. **Inglês Instrumental para informática: módulo I.** São Paulo: Ícone, 2008.

GAMA, A.N.M. et al. **Introdução à Litura em inglês.** 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001.

GRANT, David; MCLARTY, Robert. **Business basic: student's book.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

IGREJA, José Roberto. **Fale tudo em Inglês.** Barueri: Disal, 2007.

INSTRUMENTAL: **Leitura e Compreensão de Textos.** Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA. 1994.

MUNHOZ, Rosangela. **Inglês Instrumental.** Módulos I e II. São Paulo: Texto Novo, 2002.

MURPHY, RAYMOND. **Essential Grammar In Use.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Cambridge University, 2007.

OXFORD DICTIONARY- **Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês** - Nova Edição Revisada com CD-Rom- Oxford University Press, 2009.

PANITZ, Carlos Eduardo. **Dicionário de Logística, Gestão de Cadeias de Sumrimentos e Operações.** São Paulo: Editora Clio, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica.** Curitiba, 2008.

SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABY, Conceição A; GISELE, Gilli da. **Inglês instrumental.** São Paulo: Disal, 2005.

SOUZA, Adriana G. F. et al. **Leitura em Língua Inglesa uma abordagem instrumental.** São Paulo: Disal, 2005.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado.** 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ZAMARIN, Laura; MASCHERPE, Mario. **Os falsos cognatos.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

10. LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA

Carga horária: 96 horas

Ementa: Estudo da legislação aplicada a procedimentos relativos às atividades Portuárias. Introdução ao estudo do direito e noção de Direito Civil, Empresarial e Comercial, Tributário, Administrativo, do Trabalho, Ambiental e Internacional.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Noções Gerais de Legislação e Direito Administrativo	1.1 Aspectos gerais da história do Direito 1.2 Noções de Direito: Fundamentos e doutrina do direito 1.3 Estado democrático de Direito: Formação do Estado – teorias. 1.4 Hierarquia de normas brasileiras 1.5 Processo legislativo 1.6 Princípios do Direito Administrativo 1.7 Competências legais da Administração Pública 1.8 Lei 8.666/93 – Licitações públicas e suas características.
2. Direito Civil, Direito Empresarial e Comercial	2.1 Noções de Direito Civil: Pessoas; 2.1.1 Capacidade: relativa, absoluta e emancipação 2.1.2 Bens: Definição, espécies e classificações 2.1.3 Contrato: Conceitos, espécies, elementos que compõem o contrato 2.2 Definição de direito comercial 2.2.1 Tipos de sociedades: civil e comercial 2.2.2 Nomes comerciais: sociedades empresariais, limitada, por ações, individuais e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
3. Legislação Portuária	3.1 Legislação Portuária na Const. Federal 3.1.1 Leis e Decretos infraconstitucionais. 3.2 Autoridades atuantes na atividade Portuária 3.2.1 Competências legais das diversas

<p>3. Legislação Portuária</p>	<p>autoridades envolvidas. 3.3 Lei 8.630/93: modernização dos portos; 3.4 Lei 9.277/96: autorização e delegação para portos e rodovias; 3.5 Lei 8.987/95: estabelece os termos para concessão e permissão de serviços públicos; 3.6 Lei 10.233/2001: dispõe sobre a reestruturação do transporte aquaviário e terrestre; 3.6.1 Art. 27: criação da agência nacional de transporte aquaviário; 3.7 Lei 9.719/98: dispõe sobre as normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário. 3.8 Tráfego marítimo na área do Porto Organizado 3.8.1 Normas de Tráfego Marítimo e Permanência 3.8.2 Navios, profundidades e calados nos canais, áreas de fundeio e berços do porto de Paranaguá. 3.9 Normas Internas do Porto de Paranaguá 3.10 Contrato Internacional de Seguro marítimo 3.10.1 Normas legais dos contratos internacionais de seguro marítimo</p>
<p>4. Direito Tributário e Direito do Trabalho</p>	<p>4.1 Direito Tributário: 4.1.1 Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria 4.1.2 Competências tributárias 4.1.3 Sujeitos da relação tributária: sujeito ativo e sujeito passivo 4.2 Direito do Trabalho: noções básicas 4.2.1 Princípios gerais e Espécies de contrato 4.2.2 Definição de empregado e empregador 4.2.3 Tipos de trabalhadores e empregadores 4.2.4 Contrato de trabalho e relação de emprego 4.2.5 Jornada de trabalho 4.2.6 Salário, remuneração e férias</p>

<p>5. Legislação Ambiental e Direito Internacional</p>	<p>5.1 Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente. 5.2 Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente 5.3 Órgãos ambientais e suas funções 5.4 Áreas de proteção ambiental 5.5 Competências do CONAMA 5.6 Responsabilidade legal do Poluidor 5.6.1 Crimes e infrações ambientais - Lei 9.605/98 5.7 Licenciamento ambiental e Aspectos legais do Licenciamento Ambiental 5.8 Direito Ambiental: 5.8.1 Legislação específica: Termos Internacionais de Comércio - Incoterms 5.8.2 Lei nº 9.611/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.411 de 12/04/2000 5.8.3 Noções da Lei 10.233/01 - integração dos transportes aéreo, aquaviário e terrestre 5.8.4 Zona primária e secundária.</p>
--	---

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 7ª ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

BARROS, André Ferreira de. **O novo direito aduaneiro**: volume II. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.630, 25 fev. 1993. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 26 fev. 1993.

BRASIL. **Vade mecum**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

CAMINHA, Herick Marques. **Dicionário Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

CAPRARO, Milene Corrêa Zerek. **Introdução ao direito do trabalho portuário, marítimo e do petróleo**. Curitiba: Insight, 2014.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de; PASOLD, Cesar Luiz. (Coords.). **Direito portuário, regulação e desenvolvimento**. 2ª ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação.** São Paulo: Aduaneiras, 2015.

CATHARINO, J. M. **O Novo Sistema Portuário Brasileiro.** Rio de Janeiro: ABTP, 1994.

COLETO, Aline Cristina; ALBANO, Cícero José. **Legislação e organização empresarial.** Paraná: LT, 2012.

DI PIETRO, M. S. Zanella. **Direito administrativo.** 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRAGELLI, G. A. **Noções de Gerenciamento de Portos.** Rio de Janeiro: Clube Naval, 2000.

GOMES, Carlos R. e ANJOS, Haroldo. **Curso de Direito Marítimo.** Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

KEEDI, S. **Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga – Prática e exercícios.** 2ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LUZ, Rodrigo. **Comércio internacional e legislação aduaneira.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho.** 31ª ed. 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado.** 15ª ed. 2015.

MEIRELLES, H. **Direito administrativo brasileiro.** 41ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MILLER, Thiago Testini de Mello; AMORIM, Luis Felipe Carrari de. Qualificação e formação do trabalho portuário na nova Lei de Portos. **Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário**, São Paulo v. 4, n. 23, p. 199-206, nov./dez. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Manual do Trabalho: Portuário e Ementário. Brasília, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Veras de. **A nova regulação portuária.** Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MTPA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVALIAÇÃO CIVIL. **Plano Mestre – Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina**. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2016.

NETO, A. B. S. & VENTILARI, P. S. X. **O trabalho portuário e a modernização dos portos**. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares. **Modernização dos Portos**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2010.

OLIVEIRA, G.J. e MATTOS, C.C.A.: **“Defesa da Concorrência nos Portos”**. Artigo disponibilizado pelo CADE, 1998.

OLIVEIRA, José Jayme de Macêdo. **Código Tributário Nacional: Comentários Doutrina Jurisprudência**. 4ª ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. **Lições Preliminares de Direito Portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (Orgs.). **Direito Portuário Brasileiro**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

PORTO, Marcos Maia; TEIXEIRA, Sérgio Grein. **Portos e Meio ambiente**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2002.

RAPHAEL, Leandro. **Direito marítimo**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo R. Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e a logística internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2011.

ROCHA, João Luiz Coelho da.; BUCHHEIM, Maria Pia Vastos – Tigre. **Direito para não advogados**. Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2013.

SANTOS NETO, Arnaldo Basto; VENTILARI, Paulo Sérgio Xavier. **O Trabalho Portuário e a Modernização dos Portos**. Paraná: Editora Juruá, 2008.

SEGRE, German (Org.). **Manual prático de comércio exterior**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. Considerações sobre o trabalho de Capatazia no porto privativo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 76-83, set./out. 2012.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. A atividade de amarração de navios. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 76-83, set./out. 2012.

SIMÕES, Silene Carvalho. O adicional de risco e o trabalho portuário avulso. **Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário**, São Paulo, v. 4, n. 19, p. 58-76, mar/abr. 2014.

STA/MT (Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes): Anuário Estatístico Portuário. Brasília, 1999.

TREVISAN, Rosaldo (Org. e Co-autor) et al. **Anotações ao regulamento aduaneiro**: decreto n. 6.759/2009. São Paulo: Lex Magister, 2009.

11. LOGÍSTICA DE CARGAS

Carga horária: 80 horas.

Ementa: Planejamento, organização sobre a logística portuária, operações, racionalização de rotas, componentes do sistema logístico, produtos, estruturas, custos e riscos. Distribuição física e serviço com ênfase nas estratégias de Minimização do Tempo e Maximização de resultados na Rede Logística Portuária.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Fundamentos da logística	1.1 Conceitos e definições 1.2 Papel da logística nas empresas portuárias 1.3 Logística empresarial definida
2. Produtos	2.1 Classificação, 2.2 Características 2.3 Ciclos 2.4 Embalagens/acessórios 2.5 Critérios de preços
3. Armazenagem dos Produtos	3.1 Rotinas 3.1.1 Manuseio 3.1.2 Controle- organização 3.1.3 Processos Portuários

	3.2 Espaço Físico 3.2.1 Razões Básicas 3.2.2 Alternativas 3.2.3 Tipos depósitos 3.2.4 Funções 3.3 Estruturas Metálicas 3.4 Pallets
4. Controle de Estoques	4.1 Características básicas 4.2 Previsão estoques 4.3 Estoque mínimo e Consumo máximo
5. Logística Interna de terminais	5.1 Gargalos 5.2 Fluxos logísticos 5.3 Layouts

BIBLIOGRAFIA

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7500. **Símbolos de riscos e manuseio para transporte e armazenamento de materiais.** Rio de Janeiro, 1994.

ALVARENGA, A. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento.** São Paulo: Atlas, 2010.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – Planejamento, organização e Logística Empresarial.** 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

_____. **Logística Empresarial - Transportes Administração de Materiais Distribuição Física,** São Paulo: 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BOWERSOX, D. J. **Logística Empresarial - O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento.** 1ª ed. - São Paulo: Atlas, 2001.

CAIXETA, J.V.F. **Gestão Logística do Transporte de Cargas.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Carlos & NOVAES, Antônio Galvão. **Logística Aplicada: Suprimento e Distribuição Física.** São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda., 2000.

CAVANHA Filho; Armando Oscar. **Decisões financeiras: ferramentas para logística.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

CAXITO, Fabiano. **Logística: um enfoque prático**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHING, Hobg Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHRISTOPHER, M. **A Logística do Marketing**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Futura, 1997.

CORTIÑAS, J.M.L., **Os Custos Logísticos do Comércio Exterior Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais – uma abordagem logística**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1993.

FLEURY, P.F. **Logística Empresarial - A Perspectiva Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

FRAGELLI, G. A. **Noções de Gerenciamento de Portos**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2000.

HARRISON, A. **Estratégia e Gerenciamento de Logística**. 1ª ed. São Paulo: Futura, 2003.

HOEKM, Alan Harrison Renko Van. **Estratégias e gerenciamento de logística**. 1ª edição – Cuiabá (MT): Ed. Futura, 2003.

LARRAÑAGA, F.A. **A Gestão Logística Global**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MARTINS, Ricardo Silveira. **Gestão da logística do transporte de cargas**. São Paulo: Atlas, 2001.

MOREIRA, P.F. **Como planejar e desenvolver um sistema modular de embalagem**. Trabalho apresentado no III Logistech Brasil'90 - Conferência Nacional de Logística, Distribuição, Transportes, Embalagem e Movimentação de Materiais, São Paulo, 1990.

MOURA, R.A., BANZATO, J.M. **Embalagem: acondicionamento, unitização & containerização** - Manual de movimentação de materiais. São Paulo: IMAM, 1990.

MOURA R.A. **Sistemas e Técnicas de Movimentação e Armazenagem de Materiais**: materials handling. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1979.

NOVAES, A.G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição – Estratégia, Operação e Avaliação**. 4ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOVAES, A.G. **Logística Aplicada - Suprimento e Distribuição Física**. 3ª ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2000.

PEREIRA, André Luiz; BOECHAT, Cláudio Bruzzi; TADEU, Hugo Ferreira Braga; SILVA, Jersone Tasso Moreira; CAMPOS, Paulo Március Silva. **Logística Reversa e Sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RODRIGUES, Paulo Roberto A. – **Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e a Logística Internacional**. São Paulo (SP): Ed. Aduaneiras. 2000.

VIEIRA, Guilherme Bergmann B.; SANTOS, Carlos Honorato S. **Logística e gestão portuária**: Uma visão íbero-americana. Caxias do Sul/RS: EducS, 2008.

12. OPERAÇÕES COM CARGAS

Carga horária: 96 horas

Ementa: Análise das ações portuárias, estabelecendo relações entre o planejamento estratégico e os componentes do sistema operacional que envolvem todo tipo de movimentação com cargas, equipamentos, armazenamento, segregação, embarque e desembarque de mercadorias, contêineres e terminais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Fundamentos e procedimentos adequados das Operações	1.1 Conceitos básicos 1.2 Procedimentos das operações portuárias na movimentação de cargas 1.3 Tipos de operação 1.4 Planejamento de pátio 1.5 Demanda de navio

<p>2. Tipos de Cargas, Equipamentos e Mercadorias</p>	<p>2.1 Conceito cargas e Mercadorias; 2.2 Tipos de Equipamentos e Infraestrutura nas Operações de Movimentação de cargas; 2.3 Classificação das Mercadorias e cargas; 2.4 Controle de cargas: 2.4.1 Sazonalidade densidade, 2.4.2 Cubagem e Ângulos de Repouso, 2.4.3 Planos de carga, 2.4.4 Recheio, triagem e peso 2.5 Técnicas de conservação de materiais armazenados 2.5.1 Eventos que podem alterar ou Inutilizar materiais 2.5.2 Desenvolvimento de critérios para Solução de problemas na Conservação de materiais.</p>
<p>3. Localização e Controle de materiais</p>	<p>3.1 Definição do sistema de Localização 3.2 Esquema de localização para Estrutura porta pallet 3.3 Tipos de requisição de material Controle de cotas por usuário 3.4 Controle de materiais perecíveis 3.4.1 Indicações contidas nas Embalagens 3.4.2 Armazenagem em área externa 3.4.3 Técnicas FIFO- de armazenagem</p>
<p>4. Contêiner</p>	<p>4.1 Histórico do contêiner 4.2 Legislação Vigente 4.3 Contêiner: Tipos e suas aplicabilidades 4.4 Cargas Containerizadas 4.5 Classificação dos Contêineres pela ISO 4.6 Equipamentos mais usados na Movimentação 4.7 Cálculo do dígito de checagem 4.8 Tipos de vistoria e Tipos de reparo 4.9 Contratos de aluguel 4.10 Planner 4.11 Rastreamento de contêiner em Terminais</p>

5. Terminais e Tipos de atividades operacionais	5.1 Tipos e aplicações de atividades operacionais: 5.1.1 Desova 5.1.2 Estufamento 5.1.3 Movimentação 5.2 Terminais: 5.2.1 Terminais de Containers 5.2.2 Terminais Roll On Roll Off 5.2.3 Terminais para Granéis Líquidos 5.2.4 Terminais para granéis sólidos 5.2.5 Terminais e Portos Fluviais
---	--

BIBLIOGRAFIA:

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7500. **Símbolos de riscos e manuseio para transporte e armazenamento de materiais.** Rio de Janeiro, 1994.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acondicionamento e embalagem:** terminologia brasileira, TB - 77. Rio de Janeiro, 1972.

BAILY CHRISTOPHER, M. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos:** estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços. São Paulo: Pioneira, 1997.

BALLOU, Ronald. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos.** São Paulo: Bookman, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.630, 25 fev. 1993. Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas.

Curso Básico de Conserto de Carga. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zorovich & Maranhão, 2000.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **O transporte sem riscos de cargas perigosas, potencialmente perigosas e prejudiciais por via marítima.** Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **Conhecimentos Profissionais – Consertador de Carga.** Rio de Janeiro, DPC, 1981.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **Norma da autoridade marítima nº 1.** Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas e Costas. **Curso especial em segurança em operação de navios petroleiros (ESOP).** Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **Curso especial em segurança em operações de navios químicos (ESOQ).** Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria dos Portos e Costas. **Curso especial em segurança em operações de navios tanque (TEGAL)** Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST). **Norma Regulamentadora de Sinalização de Segurança – NR26.** DOU. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho. **Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário – NR 29.** DOU, Brasília, 1997.

CAIXETA, Filho, José Vicente; MARTINS, Ricardo Silveira. **Gestão Logística do Transporte de Cargas.** São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Sílvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário e avulso.** São Paulo: LTr, 2015.

CHING, H. Y. **Gestão de Estoques na cadeia de logística integrada: supply chain.** São Paulo: Atlas, 1999.

DORNIER, Philippe-Pierre [et.al.]. **Logística e operações globais: texto e casos.** – São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR. **Curso de Plano de Carregamento de Navio “Full Container” (Planner).** Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR. **Curso de Acréscimos, Faltas e Avarias.** Rio de Janeiro: FEMAR. 2003.

FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR. **Curso de Introdução ao Shipping.** Módulo 1. Rio de Janeiro: FEMAR. 2003.

KEEDI, Samir. **Transportes, unitização e seguros internacionais de cargas:** prática e exercícios. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES: GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – **A Reforma Portuária Brasileira.** Brasília, 2001.

MOURA, R. A. ; BANZATO J. M. **Embalagem: acondicionamento, unitização e containerização.** - Manual de movimentação de materiais. Vol. II - São Paulo: Ed. IMAM. 1990.

NOVAES, Antônio G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. Estratégia, operação e avaliação.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ORNIER, Phillippe – Pierre et. Al. **Logística e Operações Globais:** textos e Casos. São Paulo: Atlas, 2000.

Peter et. al. **Compras:** princípios e administração - São Paulo: Atlas, 2000.

13. REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA

Carga horária total: 96 horas.

Ementa: Compreensão do regulamento aduaneiro aplicado ao comércio exterior. Estudo do ordenamento Jurídico brasileiro, quanto a organização e regulamentação aduaneira diante das operações e explorações de importações e exportações.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1.Território Aduaneiro	1.1 Conceitos de Território aduaneiro 1.2 Zona primária 1.3 Zona secundária 1.4 Zona de vigilância 1.5 Mercadoria

<p>2. Regulamento e Competências Aduaneiras</p>	<p>2.1 Função 2.2 Documentos 2.3 Tributos 2.4 Regulamentos aduaneiros: 2.4.1 Áreas alfandegadas 2.4.2 Influências sobre o Regulamento Aduaneiro</p>
<p>3. Regulamentação do trabalho portuário pela Lei 12.815/2013.</p>	<p>3.1 Áreas dos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina 3.2 Formas de exploração portuária – tipos de outorga e suas características. 3.3 Lei 9.277/96 – Delegação de serviços públicos. 3.4 A operação portuária na Lei 12.815/2013 3.4.1 Competências legais (poder/dever) do Operador Portuário; 3.4.2 Responsabilidades legais do Operador Portuário 3.4.3 Infrações e Penalidades na Operação Portuária 3.4.4 Normas de Pré-qualificação dos Operadores Portuários. 3.5 Competências legais do OGMO; 3.6 Responsabilidades legais do OGMO 3.7 Direitos e deveres dos Trabalhadores Portuários Avulsos 3.8 Lei 9.719/98 – Normas de proteção ao trabalho portuário.</p>
<p>4. Exploração comercial do Porto e Planejamento Estratégico</p>	<p>4.1 Área do Porto Organizado 4.2 Regulamento de Exploração do Porto 4.3 Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá e Antonina 4.4 Alternativas de Expansão para portos 4.5 Projetos de Expansão em andamento. 4.6 Normas de Segurança Portuária 4.6.1 ISPS – Code e seus aspectos legais</p>
<p>5. Fiscalização Aduaneira e Regime Aduaneiro</p>	<p>5.1 Fiscalização na Administração Aduaneira; 5.2 Terminais Alfandegados 5.3 Regimes aduaneiros: 5.3.1 Regime comum; 5.3.2 Regime Suspensivo.</p>

6. Condições de Venda e Siscomex	6.1 Sistema de comércio exterior - SISCOMEX 6.2 Condições de venda: 6.2.1 Situações Especiais 6.2.2 Pagamentos 6.3 Sistemas
----------------------------------	---

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 06 de fevereiro de 2009. **Regulamento Aduaneiro**. São Paulo: LEX, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.630, 25 fev. 1993. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. – Lei dos Portos**. Brasília, 1993.

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Presidência da República - Casa Civil. **Regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior**. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB. Instrução normativa SRF nº 1.209, de 07 de novembro de 2011: **Estabelece requisitos e procedimentos para o exercício das profissões de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro**. Disponível em: 57. Acesso em: 14 set. 2014.

BARROS, André Ferreira de. **O novo direito aduaneiro**: volume II. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

CAMINHA, Herick Marques. **Dicionário Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Silvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário e avulso**. São Paulo: LTr, 2015.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de; PASOLD, Cesar Luiz. (Coords.). **Direito portuário, regulação e desenvolvimento**. 2ª ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação**. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

CATHARINO, J. M. **O Novo Sistema Portuário Brasileiro**. Rio de Jan: ABTP, 1994.

FRAGELLI, G. A. **Noções de Gerenciamento de Portos**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2000.

GOMES, Carlos R. e ANJOS, Haroldo. **Curso de Direito Marítimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

KEEDI, S. **Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga – Prática e exercícios**. 2ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

JESUS, Avelino de. **MERCOSUL - estrutura e funcionamento**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

LUZ, Rodrigo. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do Trabalho: Portuário e Ementário**. Brasília, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Veras de. **A nova regulação portuária**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MTPA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVALIAÇÃO CIVIL. **Plano Mestre – Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina**. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2016.

NETO, A. B. S. & VENTILARI, P. S. X. **O trabalho portuário e a modernização dos portos**. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares. **Modernização dos Portos**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2010.

PASOLD, Cesar Luiz. **Lições Preliminares de Direito Portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (Orgs.). **Direito Portuário Brasileiro**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

PEREIRA, Valdir J. Esteves. **Novos Códigos Fiscais de Operações e Prestações**. Editora Cenofisco, 2001.

RAPHAEL, Leandro. **Direito marítimo**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo R. Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e a logística internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2011.

SANTOS NETO, Arnaldo Basto; VENTILARI, Paulo Sérgio Xavier. **O Trabalho Portuário e a Modernização dos Portos**. Paraná: Editora Juruá, 2008.

STA/MT (Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes): Anuário Estatístico Portuário, Brasília, 1999.

SEGRE, German (Org.). **Manual prático de comércio exterior**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. Considerações sobre o trabalho de Capatazia no porto privativo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 76-83, set./out. 2012.

SIMÕES, Silene Carvalho. O adicional de risco e o trabalho portuário avulso. **Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário**, São Paulo, v. 4, n. 19, p. 58-76, mar./abr. 2014.

SOSA, Roosevelt Baldomir; **Temas Aduaneiros**: Estudos sobre Problemas Aduaneiros Contemporâneos. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 1999.

TREVISAN, Rosaldo (Org. e Co-autor) et al. **Anotações ao regulamento aduaneiro**: decreto n. 6.759/2009. São Paulo: Lex Magister, 2009.

VIEIRA, Guilherme B. Borges. **Regulamentação no Comércio Internacional**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2001.

14. TRANSPORTE MARÍTIMO

Carga horária: 64 horas.

Ementa: Estudo do planejamento operacional das atividades marítimas. Identificação de regulamentos, técnicas e operações aplicadas aos diversos tipos de tráfego portuário. Organização do transporte e Comércio Marítimo

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1. Organização do mercado de navegação e suas funções	1.1 Conceitos 1.2 Os portos e seus agentes 1.3 Entrada, despacho e saída de embarcações 1.4 Seleção do transportador 1.5 Administração do transporte contratado de terceiros 1.6 Administração de transporte próprio
2. Transporte e Comércio Marítimo	2.1 Transporte marítimo de curta, longa distância, (cabotagem e Longo curso) e linha regular 2.2 Tipos de Navios 2.2.1 Principais tipos2.2.2 Características 2.2.3 Frota geral (Analítica e sintética) 2.3 Principais tipos de Equipamentos no transporte marítimo.
3. Agentes do transporte portuário e Trafego Portuário	3.1 Agentes do comércio marítimo e suas funções no transporte portuário: 3.1.1 Armadores- responsabilidades e competências 3.1.2 Agências 3.1.3 Conferências de fretes, conselho de usuários, formas de cooperação de serviços marítimos, agentes que intervêm no transporte de linha regular; 3.2 Trafego Portuário: 3.2.1 Controle 3.2.2 Programação 3.2.3 Transporte de Cargas Especiais
4. Regulamentos e Normas da navegação Marítima.	4.1 Tráfego de embarcações 4.2 Normas e regulamentos das embarcações 4.3 Espécies de navegação 4.4 Portos nacionais e internacionais 4.5 Órgão controlador: diretoria de portos e costas, entrada e saída das embarcações; 4.6 Regulamentação: lei de segurança (LEI 9.537) - tráfego aquaviário: sinalização náutica LUZ, APITO, BANDEIRAS); 4.7 Meios de transporte aquaviária: o navio, conceitos básicos na indústria marítima (setores "trump" e linha); 4.8 Os portos e seus agentes;

	4.9 Parâmetros para a qualidade de um serviço de linha regular. 4.9.1 Documentação e regulamentação; 4.10 Canal de navegação: história, política e administração dos Canais: do Panamá e de Suez.
--	---

BIBLIOGRAFIA:

BANZATO, Eduardo. **Sistema de Gerenciamento de Armazém**. 1ª ed. - São Paulo: Editora Imam, 1998.

BALLOU, Ronald. **Logística Empresarial**: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

BIZELLI, João dos Santos e BARBOSA, Ricardo. **Noções Básicas de Importação**. 6ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arrendamentos portuários, Cadernos de Infra-estrutura, Navegação e Portos no Transporte de Contêineres**, Revista do BNDES, Rio de Janeiro (RJ), 2001.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Transporte marítimo de longo curso no Brasil e no mundo**. Revista do BNDES, v. 11, n. 21, p. 209-232 – JUNHO, Rio de Janeiro (RJ), 2004.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os Desafios das Exportações**. Rio de Janeiro (RJ), 2002.

BORGES, Vieira & BERGMANN, Guilherme. **Transporte internacional de cargas**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2001.

CAIXETA, J.V.F. **Gestão Logística do Transporte de Cargas**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Silvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário e avulso**. São Paulo: LTr., 2015.

CNT, Pesquisa CNT. **Aquaviária: portos, cabotagem e navegação interior**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Machline, 2002.

CNT/COPPEAD. **Transporte de cargas no Brasil: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento do país**, Diagnóstico e plano de ação, Navegação e Portos no Transporte de Contêineres, REVISTA DO BNDES, 2002.

COIMBRA, Delfim Bouças. **O Conhecimento de Carga no Transporte marítimo**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

COLLYER, M.A. **Dicionário de Comércio Marítimo**. Rio de Janeiro: Lutécia, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTE. **Transporte Marítimo Internacional**, Expectativa do perfil da Frota mercante Brasileira - Diagnóstico, Brasília, 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTE, **Os serviços portuários preços e desempenho** – Síntese – Outubro de 2001, Brasília, 2001.

FARIA, Sergio Fraga Santos. **Transporte Aquaviário e a Modernização dos Portos**. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Desafios da modernização portuária**. 1ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

KEEDI, S. **Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga** – Prática e exercícios. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

KEEDI, S.; MENDONÇA, P.C.C. **Transporte e Seguro no Comércio Exterior**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MENDONÇA, Paulo C. **Transportes e Segurança no Comércio Exterior**. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1997.

MINERVINI, Nicola. **EXPORTAR Competitividade e Internacionalização: Guia prático do exportador**. São Paulo/SP: Makron Books, 1997.

MINERVINI, Nicola. **O exportador: Ferramenta para atuar com sucesso no mercado internacional**. 5ª ed. São Paulo/SP: Pearson Education Limited, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Modernização dos portos**. 5ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2012.

ONO, R. T. **Estudo de viabilidade do transporte marítimo de contêineres por cabotagem na costa brasileira**, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

(Dissertação de Mestrado). Navegação e Portos no Transporte de Contêineres, REVISTA DO BNDES, São Paulo (SP), 2001.

PEREIRA NETO, Manoel Tomaz. **Legislação portuária compilada:** a lei nº 8.630/93 & normas conexas. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

PORTO, Marcos Maia; TEIXEIRA, Sérgio Grein. **Portos e meio ambiente.** São Paulo: Edições Aduaneiras, 2002.

RAPHAEL, Leandro. **Direito marítimo.** São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo R. Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e a logística internacional.** 5ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2014.

RODRIGUES, Álvaro B. **A Atuação na Movimentação de Contêineres** - do Operador Portuário Privado em Paranaguá no Contexto da Logística Globalizada "Porta a Porta": Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SANTOS, J. Clayton. **O Transporte Marítimo Internacional.** 2ª ed. - São Paulo: Aduaneiras, 1982.

SEGRE, G. **Manual prático de comércio exterior.** 4ªed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Guilherme Bergmann B.; SANTOS, Carlos Honorato S.. **Logística e gestão portuária:** Uma visão íbero-americana. Caxias do Sul/RS: Educs, 2008.

INTERNET

- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) – www.antaq.gov.br/IndexPortos.asp
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – www.abnt.org.br
- Casa Civil - www.planalto.gov.br/ccivil/leis/principal_ano.htm
- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – www.mtecbo.gov.br/busca.asp
- Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) – <http://www.portosrio.gov.br>
- Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) – www.portodesantos.com.br
- Consulta a leis – www.soleis.adv.br
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – www.mte.gov.br
- Ministério dos Transportes – www.transportes.gov.br
- Revista Portos e Navios – www.revistaportosenavios.com.br
- Secretaria de Portos – www.portosdobrasil.gov.br/
- Porto de Paranaguá – www.portosdoparana.pr.gov.br

b. Plano de Estágio OBRIGATÓRIO e NÃO OBRIGATÓRIO com Ato de Aprovação do NRE

1. Identificação da Instituição de Ensino
 - Nome do estabelecimento:
 - Entidade mantenedora:
 - Endereço (rua, n.º., bairro):
 - Município:
 - NRE:

2. Identificação do curso
 - Habilitação:
 - Eixo Tecnológico:
 - Carga horária total:
 - Do curso: _____ horas
 - Do estágio: _____ horas

3. Coordenação de Estágio
 - Nome do professor (es):
 - Ano letivo:

4. Justificativa
 - Concepções (educação profissional, curso, currículo, estágio)
 - Inserção do aluno no mundo do trabalho
 - Importância do estágio como um dos elementos constituintes de sua formação
 - O que distingue o estágio das demais disciplinas e outros elementos que justifiquem a realização do estágio

5. Objetivos do Estágio

6. Local (ais) de realização do Estágio
7. Distribuição da Carga Horária (por semestre, período...)
8. Atividades do Estágio
9. Atribuições do Estabelecimento de Ensino
10. Atribuições do Coordenador
11. Atribuições do Órgão/instituição que concede o Estágio
12. Atribuições do Estagiário
13. Forma de acompanhamento do Estágio
14. Avaliação do Estágio
15. Anexos (se houver)

* O Plano de Estágio dos estabelecimentos de ensino que ofertam Cursos Técnicos deve ser analisado pelo Núcleo Regional de Educação que emitirá parecer próprio (Ofício Circular nº 047/2004 – DEP/SEED e Instrução nº 028/2010 – SUED/SEED).

c. Descrição das práticas profissionais previstas

(Descrever as práticas que a escola desenvolve em relação ao curso, tais como: palestras, visitas, seminários, projetos, projetos interdisciplinares e outros)

d. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR PADRÃO

Matriz Curricular						
Instituição:						
Município:						
Curso: TÉCNICO EM PORTOS						
Forma: Subsequente			Implantação: gradativa a partir do 1º semestre de 2019			
Turno: NOTURNO			Carga horária: 1024 horas e mais 64 horas de Estágio Supervisionado			
			Organização: SEMESTRAL			
Nº	COD SAE	DISCIPLINAS	SEMESTRES			Horas
			1ª	2ª	3ª	
1	4185	ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA	48	48		96
2	4323	COMUNICAÇÃO INSTRUMENTAL	48			48
3	1306	ESPAÑHOL TÉCNICO	32	32	32	96
4	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO	32			32
5	4195	GEOGRAFIA PORTUÁRIA	48			48
6	4033	GESTÃO AMBIENTAL	64			64
7	1535	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO		32	48	80
8	4404	INFORMÁTICA	32	32		64
9	1102	INGLÊS TÉCNICO	32	32		64
10	4183	LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA		48	48	96
11	4187	LOGÍSTICA DE CARGAS		32	48	80
12	4321	OPERAÇÕES COM CARGAS		48	48	96
13	4184	REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA		48	48	96
14	4322	TRANSPORTE MARÍTIMO			64	64
TOTAL			336	352	336	1024
4446		ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO		32	32	64

MATRIZ CURRICULAR OPERACIONAL

Matriz Curricular					
Instituição:					
Município:					
Curso: TÉCNICO EM PORTOS					
Forma: Subsequente			Implantação: gradativa a partir do 1º semestre de 2019		
Turno: NOTURNO			Carga horária: 1024 horas mais 64 horas de Estágio Supervisionado		
Organização: SEMESTRAL					
Nº	COD SAE	DISCIPLINAS	SEMESTRES		
			1ª	2ª	3ª
1	4185	ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA	3	3	
2	4323	COMUNICAÇÃO INSTRUMENTAL	3		
3	1306	ESPAÑHOL TÉCNICO	2	2	2
4	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO	2		
5	4195	GEOGRAFIA PORTUÁRIA	3		
6	4033	GESTÃO AMBIENTAL	4		
7	1535	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO		2	3
8	4404	INFORMÁTICA	2	2	
9	1102	INGLÊS TÉCNICO	2	2	
10	4183	LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA		3	3
11	4187	LOGÍSTICA DE CARGAS		2	3
12	4321	OPERAÇÕES COM CARGAS		3	3
13	4184	REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA		3	3
14	4322	TRANSPORTE MARÍTIMO			4
TOTAL			21	22	21
4446		ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO		2	2

e) Orientações Metodológicas

1. INTRODUÇÃO

Tomando como referência as “Diretrizes Curriculares da Educação Profissional para a Rede Pública do Paraná”, é importante apresentar os encaminhamentos metodológicos como parte integrante do Plano de Curso **Técnico em Portos**, tanto na sua forma integrada quanto subsequente, para organização das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Considerando que as ações pedagógicas dos professores de acordo com as Diretrizes supracitadas objetivam atender as necessidades dos estudantes, tendo em vista o perfil profissional, o compromisso com a formação profissional e da cidadania, a apropriação dos conhecimentos, a reflexão crítica e a autonomia, faz-se necessário assumir a concepção da Educação Profissional e seus princípios:

O trabalho como princípio educativo

O trabalho enquanto categoria ontológica explica que o homem é diferente dos outros animais, pois é por meio da ação consciente do trabalho, que o homem é capaz de criar a sua própria existência. Portanto, é na relação Homem-Homem e Homem-Natureza, que se situa a compreensão da escola politécnica na Educação Profissional.

A organização curricular integrada da Educação Profissional, considerando a categoria do TRABALHO, agrega como elementos integradores a CIÊNCIA, a CULTURA e a TECNOLOGIA, pois a:

- CIÊNCIA é produção de conhecimentos sistematizados social e historicamente pelo homem.
- CULTURA, o processo dinâmico de criação e representações sociais manifestas pelo homem por meio de símbolos.
- TECNOLOGIA, a construção social que decorre das relações sociais, ou seja, das organizações políticas e econômicas da sociedade. A tecnologia é “mediação

entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção) no real”. (RAMOS, 2004; 2005 apud BRASIL, 2007, p. 44).

Essas dimensões articuladas devem promover o equilíbrio entre atuar praticamente e trabalhar intelectualmente.

Assim, o tratamento metodológico deve privilegiar a relação entre teoria e a prática e entre a parte e a totalidade, fazendo com que haja integração entre os conteúdos nas dimensões disciplinar e interdisciplinar.

O princípio da integração

A integração é o princípio norteador das práxis pedagógicas na Educação Profissional e articula as dimensões disciplinar e interdisciplinar

Disciplinar significa os campos do conhecimento que podemos reconhecê-los como sendo os conteúdos que estruturam o currículo – conteúdos estruturantes.

As disciplinas, por sua vez, são os pressupostos para a interdisciplinaridade, na medida em que as relações que se estabelecem por meio dos conceitos da relação teoria e prática extrapolam os muros da escola e, permitem ao estudante a compreensão da realidade e dos fenômenos inerentes a ela para além das aparências:

A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. (RAMOS, 2007)

Assim, os encaminhamentos metodológicos exigem uma organização dos conteúdos que permita aos estudantes se apropriarem dos conceitos fundamentais das disciplinas no contexto da interdisciplinaridade e da integração.

2. ENCAMINHAMENTOS METODÓLOGICOS

Os encaminhamentos metodológicos devem considerar os princípios e concepção da integração, na perspectiva de garantir uma formação politécnica aos estudantes da Educação Profissional.

A politécnica nesse contexto significa dominar os princípios da ciência e as suas diferentes técnicas, no contexto do processo produtivo – TRABALHO, e não no seu sentido restrito do conjunto de muitas técnicas.

Nesse sentido, a intervenção do professor por meio do ato de ensinar deve ser intencional na medida em que ele se compromete com uma educação de qualidade e uma formação profissional para o mundo do trabalho. Assim, é importante ressaltar também o papel da escola e, para tanto, o reafirmamos com Libâneo:

[...] a escola tem, pois o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem também o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos presentes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade (LIBÂNEO, 1998, p. 9)

Os conteúdos aqui mencionados não são quaisquer conteúdos, trata-se dos “conhecimentos construídos historicamente e que se constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo investigativo e compreensão do real.” (RAMOS, 2005, p.107).

Portanto, como **encaminhamentos metodológicos** indicam-se as proposições apontadas por Marise Ramos:

a) Problematização dos Fenômenos

Trata-se de usar a metodologia da problematização, no sentido de desafiar os estudantes a refletirem sobre a realidade que os cerca na perspectiva de buscar soluções criativas e originais para os problemas que se apresentam a respeito dessa realidade:

Problematizar fenômenos – fatos e situações significativas e relevantes para compreendermos o mundo em que vivemos, bem como processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar [...] como ação prática.

Isso significa:

- a) Elaborar questões sobre os fenômenos, fatos e situações.
- b) Responder às questões elaboradas à luz das teorias e conceitos já formulados sobre o(s) objeto(s) estudados – conteúdos de ensino.

b) Explicitação de Teorias e Conceitos

A partir de uma situação problema indicada para reflexão, análise e solução, deixar claro para os estudantes quais conceitos e quais teorias dão suporte para a apreensão da realidade a ser estudada:

Explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do(s) objetivo(s) estudados nas diversas perspectivas em que foi problematizada.

Nesse sentido, é importante:

- a) Localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais).
- b) Identificar suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).

c) Classificação dos Conceitos–Conhecimentos

Os “conhecimentos desenvolvidos na perspectiva da sua utilização pelas pessoas são de **formação geral** e fundamentam quaisquer **conhecimentos específicos** desenvolvidos com o objetivo de formar profissionais”.

Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural.

Nessa dimensão, estarão os conhecimentos que, uma vez apropriados, permitem às pessoas formularem, agirem, decidirem frente a situações próprias de um processo produtivo. Esses conhecimentos correspondem a desdobramentos e aprofundamentos conceituais restritos em suas finalidades e aplicações, bem como as técnicas procedimentais necessárias à ação em situações próprias a essas finalidades.

d) Organização dos Componentes Curriculares e as Práticas Pedagógicas

As opções pedagógicas implicam em redefinir os processos de ensino, pensando no sujeito que aprende (estudante) de modo a considerar a realidade objetiva (totalidade histórica).

Organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, visando a corresponder, nas escolhas, nas relações e nas realizações, ao pressuposto da totalidade do real como síntese das múltiplas determinações.

São ações pedagógicas no contexto dos processos de ensino

- *Proposições de desafios e problemas.*
- *Projetos que envolvam os estudantes, no sentido de apresentar ações resolutivas – projetos de intervenção.*

- *Pesquisas e estudos de situações na perspectiva de atuação direta na realidade.*

Os pressupostos que dão suporte ao currículo ancorado nos encaminhamentos metodológicos apresentados, de fato, se diferenciam de um currículo que tem como referência a reprodução de atividades na perspectiva do currículo tradicional que cinde com o princípio da integração. (RAMOS, 2005, p.122)

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

_____. **Orientações Curriculares para o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio na Modalidade Normal**. Curitiba: SEED/ PR, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

_____. (Org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Concepção do Ensino Médio Integrado, São Paulo, 2007. Disponível em:
< [Http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf](http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf)>. Acesso em 20/07/2015.

IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.

1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1.1 DA CONCEPÇÃO

Os pressupostos apontados pela legislação indicam uma concepção de avaliação ancorada nos princípios da educação politécnica e omnilateral, que considera o sujeito da aprendizagem um ser histórico e social, capaz de intervir na realidade por meio dos conhecimentos apropriados no seu percurso formativo. Sendo assim, se a Educação Profissional se pauta no princípio da integração, não se pode e não se deve avaliar os estudantes de forma compartimentalizada.

Formação integral significa pensar o sujeito da aprendizagem “por inteiro”, portanto avaliação contextualizada na perspectiva da unidade entre o planejamento e a realização do planejado. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem é parte integrante da prática educativa social.

Além do princípio da integração, a avaliação da aprendizagem nessa concepção, ancora-se também nos princípios do TRABALHO, numa perspectiva criadora ao possibilitar o homem trabalhar com o novo, construir, reconstruir, reinventar, combinar, assumir riscos, após avaliar, e, da CULTURA, pois adquire um significado cultural na mediação entre educação e cultura, quando se refere aos valores culturais e à maneira como são aceitos pela sociedade.

A sociedade não se faz por leis. Faz-se com homens e com ciência. A sociedade nova cria-se por intencionalidade e não pelo somatório de improvisos individuais. E nessa intencionalidade acentua-se a questão: A escola está em crise porque a sociedade está em crise. Para entender a crise da escola, temos que entender a crise da sociedade. E para se entender a crise da sociedade tem-se que entender da sociedade não apenas de rendimento do aluno em sala de aula. Expandem-se, assim, as fronteiras de exigência para os homens, para os professores; caso os mesmos queiram dar objetivos sociais, transformadores à educação, ao ensino, à escola, à avaliação. (NAGEL, 1985, p. 30)

Nessa perspectiva, a avaliação revela o seu sentido pedagógico, ou seja, revela os resultados das ações presentes, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

1.2 DAS DIMENSÕES

A partir da concepção de avaliação anteriormente apresentada, decorrem as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de transformação, onde as ações dos professores não podem ser inconscientes e irrefletidas, mas transparentes e intencionais. Nesse sentido, apresentam-se as três dimensões da avaliação que atendem esses pressupostos:

a) Diagnóstica

Nessa concepção de avaliação, os aspectos qualitativos da aprendizagem predominam sobre os aspectos quantitativos, ou seja, o importante é o diagnóstico voltado para as dificuldades que os estudantes apresentam no percurso da sua aprendizagem. Nesse sentido, é importante lembrar que o diagnóstico deve desconsiderar os objetivos propostos, metodologias e procedimentos didáticos.

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista a tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1995, p. 81)

Nesse sentido, considerando a principal função da escola que é ensinar e, os estudantes aprenderem o que se ensina, a principal função da avaliação é, nesse contexto, apontar/indicar para o professor as condições de apropriação dos conteúdos em que os estudantes se encontram – diagnóstico.

De acordo com a Deliberação nº 07/99 – CEE/PR:

Art. 1º. - A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1º. - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

§ 2º. - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3º. - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (PARANÁ, 1999, p. 01)

Dessa forma, o professor, diante do diagnóstico apresentado, terá condições de reorganizar os conteúdos e as suas ações metodológicas, caso os estudantes não estejam aprendendo.

b) Formativa

A dimensão formativa da avaliação se articula com as outras dimensões. Nesse sentido, ela é formativa na medida em que, na perspectiva da concepção integradora de educação, da formação politécnica também integra os processos de formação omnilateral, pois aponta para um aperfeiçoamento desses processos formativos seja para a vida, seja para o mundo do trabalho. Essa é a essência da avaliação formativa.

Os pressupostos colocados pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, já referenciada, indica uma concepção de educação ancorada no materialismo histórico. Isso significa que a avaliação também agrega essa concepção na medida em que objetiva que a formação dos estudantes incorpore as dimensões éticas e de cidadania. Assim, “o professor da Educação Profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”. (MACHADO, 2008, p. 18).

Nesse caso, a avaliação de caráter formativo permite aos professores a reflexão sobre as suas ações pedagógicas e, nesse processo formativo, planejá-las e reorganizá-las na perspectiva da inclusão, quando acolhe os estudantes com as suas dificuldades e limitações e aponta os caminhos de superação, em um “ato amoroso”. (LUCKESI, 1999, p.168)

c) Somativa

O significado e a proposta da avaliação somativa é o de fazer um balanço do percurso da formação dos estudantes, diferentemente do modelo tradicional de caráter classificatório. O objetivo não é o de mensurar os conhecimentos apropriados, mas avaliar os itinerários formativos, na perspectiva de intervenções pedagógicas para a superação de dificuldades e avanços no processo.

Apesar de a terminologia somativa dar a ideia de “soma das partes”, na concepção de avaliação aqui apresentada, significa que, no processo avaliativo o professor deverá considerar as produções dos estudantes realizadas diariamente por meio de instrumentos e estratégias diversificadas e, o mais importante, manter a integração com os conteúdos trabalhados – critérios de avaliação.

É importante ressaltar que a legislação vigente – Deliberação nº 07/99-CEE/PR, traz no seu artigo 6º, parágrafos 1º e 2º, o seguinte:

Art. 6º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

§ 1º – A avaliação deverá obedecer à ordenação e à sequência do ensino aprendizagem, bem como a orientação do currículo.

§ 2º – Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomando a sua melhor forma.

O envolvimento dos estudantes no processo de avaliação da sua aprendizagem é fundamental. Nesse sentido, a auto avaliação é um processo muito bem aceito no percurso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Nele, os

estudantes refletem sobre suas aprendizagens e têm condições de nelas interferirem.

1.3 DOS CRITÉRIOS

Critério no sentido restrito da palavra que dizer aquilo que serve de base para a comparação, julgamento ou apreciação. No entanto, no processo de avaliação da aprendizagem significa os princípios que servem de base para avaliar a qualidade do ensino. Assim, os critérios estão estritamente integrados aos conteúdos.

Para cada conteúdo elencado, o professor deve ter a clareza do que efetivamente deve ser trabalhado. Isso exige um planejamento cuja organização contemple todas as atividades, todas as etapas do trabalho docente e dos estudantes, ou seja, em uma decisão conjunta todos os envolvidos com o ato de educar apontem, nesse processo, o que ensinar, para que ensinar e como ensinar.

Portanto, estabelecer critérios articulados aos conteúdos pertinentes às disciplinas é essencial para a definição dos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo ensino e aprendizagem. Logo, estão critérios e instrumentos intimamente ligados e deve expressar no Plano de Trabalho Docente a concepção de avaliação na perspectiva formativa e transformadora.

1.4 DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos avaliativos são as formas que os professores utilizam no sentido de proporcionar a manifestação dos estudantes quanto a sua aprendizagem. Segundo LUCKESI (1995, p.177, 178, 179), devem-se ter alguns cuidados na operacionalização desses instrumentos, quais sejam:

1. Ter ciência de que, por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, estamos solicitando ao educando que manifeste a sua intimidade (seu modo de aprender, sua aprendizagem, sua capacidade de raciocinar, de poetizar, de criar estórias, seu modo de entender e de viver, etc.);
2. Construir os instrumentos de coleta de dados para a avaliação (sejam eles quais forem), com atenção aos seguintes pontos:

- Articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos, no decorrer do período escolar que se toma para avaliar;
 - Cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados e aprendidos de fato “- conteúdos essenciais;
 - Compatibilizar as habilidades (motoras, mentais, imaginativas...) do instrumento de avaliação com as habilidades trabalhadas e desenvolvidas na prática do ensino aprendizagem;
 - Compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido;
 - Usar uma linguagem clara e compreensível, para salientar o que se deseja pedir. Sem confundir a compreensão do educando no instrumento de avaliação;
 - Construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos, seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos, seja pelos exercícios inteligentes, ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos.
1. [...] estarmos atentos ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar aos educandos:
- a) Quanto à correção: não fazer espalhafato com cores berrantes;
 - b) Quanto à devolução dos resultados: o professor deve, pessoalmente, devolver os instrumentos de avaliação de aprendizagem aos educandos, comentando-os, auxiliando-os a se autocompreender em seu processo pessoal de estudo, aprendizagem e desenvolvimento.

1.5 DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Em atendimento às Diretrizes para Educação Profissional, definidas pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, conforme o artigo 34 a seguir:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. (MEC, 2012.)

Diante do exposto, a avaliação será entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem dos estudantes e das suas ações pedagógicas, com as finalidades de acompanhar, diagnosticar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem em diferentes situações metodológicas.

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação – 6,0 (seis vírgula zero), conforme a legislação vigente.

Recuperação de Estudos

De acordo com a legislação vigente, o aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

1.6 DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS (somente no subsequente)

a) Critérios

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá constar no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar e ocorrerá nos termos do art. 52 da Deliberação nº 05/13 – CEE/PR, que assim determina:

Art. 52. A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos: I – no Ensino Médio; II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos em nível técnico regularmente concluídos nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica; IV – em outros cursos de Educação profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional; VI – em outros países. Parágrafo único. A Avaliação, para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme critérios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

b) Solicitação e Avaliação

a) O interessado deverá solicitar o aproveitamento de estudos mediante preenchimento de requerimento na Instituição de Ensino em que estiver matriculado, considerando o perfil profissional do respectivo curso técnico de nível médio e a indicação dos cursos realizados, anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.

- b) A direção da Instituição de Ensino deverá designar uma comissão de professores, do curso técnico, para análise da documentação apresentada pelo aluno e, posterior, emissão de parecer.
- c) Havendo deferimento, a comissão indicará os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudados pelo aluno a fim de realizar a avaliação, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.
- d) Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrada ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06/2012**. Brasília: MEC, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, sociedade e escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação-SEED/PR, 1985.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 07/1999**. Curitiba: CEE-PR, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/ PR, 2006.

X – ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o estabelecimento de ensino e instituições que tenham relação com o Curso Técnico em PORTOS nas formas de entrevistas, visitas, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

[Anexar os termos de convênio firmados com empresas e outras instituições vinculadas ao curso.](#)

XI – PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante (s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

XII – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO:

Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.

XIII – RECURSOS MATERIAIS

- a. **Biblioteca:** (em espaço físico adequado e relacionar os itens da bibliografia específica do curso, conter quantidade)
- b. **Laboratório:** indicar o(s) laboratório(s) de Informática e o(s) específico(s) do curso
- c. **Instalações Físicas:** indicar as outras instalações da instituição e ensino, observando os espaços (iluminação, aeração, acessibilidade) e os mobiliários adequados a cada ambiente e ao desenvolvimento do curso.
- d. **Equipamentos:** relacionar os equipamentos e materiais essenciais ao curso

XIV – INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LABORATÓRIO (quando for o caso)

Deverá ser graduado com habilitação específica.

XV – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE ESTÁGIO – (quando for o caso)

Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.

XVI – RELAÇÃO DE DOCENTES

Deverão ser graduados com habilitação e qualificação específica nas disciplinas para as quais forem indicados anexando documentação comprobatória.

XVII – CERTIFICADOS E DIPLOMAS

- a) **Certificação:** Não haverá certificados no Curso Técnico em Portos, considerando que não há itinerários alternativos para qualificação.
- b) **Diploma:** Ao concluir o Curso Técnico em Portos conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Portos.

XVIII – CÓPIA DO REGIMENTO ESCOLAR E/OU ADENDO COM O RESPECTIVO ATO DE APROVAÇÃO DO NRE

(A finalidade é constatar as normas do curso indicado no Plano)

XIX – ANUÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR DO ESTABELECIMENTO MANTIDO PELO PODER PÚBLICO

(ATA OU DECLARAÇÃO COM ASSINATURAS DOS MEMBROS)

XX - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (DOCENTES)

(O estabelecimento deverá descrever o plano de formação continuada)